

APAV[®]



associação portuguesa de
Apoio à Vítima

RECORTES DE IMPRENSA

DEZEMBRO 2018



APOIO

1986 **LPM** 2016
THE HOUSE OF PR

12 casos de violência doméstica no concelho



Em 2017, registaram-se 12 casos de violência doméstica no concelho de Ourém. Os dados da APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima relativos ao ano transacto apontam para dois casos de violência contra idosos, entre o número de casos ocorridos.

Já no decorrer deste ano, a nível nacional, morreram 24 mulheres, assassinadas pelos maridos, companheiros ou ex-companheiros. Trata-se de mais seis mortes que em igual período, do ano passado, segundo o relatório preliminar do Observatório das Mulheres Assassinadas da UMAR — União de Mulheres Alternativa e Resposta, divulgado por ocasião do Dia internacional para a eliminação da violência contra as mulheres, assinalado a 25 de Novembro. Os

casos de femicídio ocorreram no período entre 1 de Janeiro a 20 de Novembro de 2018.

Serviço de Informação

Há um número para denúncia e informação, para apoiar vítimas de violência doméstica. O 800 202 148 é um serviço anónimo e confidencial. A violência doméstica é crime público desde o ano 2000, o que significa que não é necessário que seja a vítima a apresentar a queixa. Pode ser denunciada por terceiros e não exige queixa das partes envolvidas.

O crime de violência doméstica é punível com pena de prisão de um a cinco anos. Para apresentar uma queixa, deve dirigir-se ao posto mais próximo da GNR, a uma esquadra da PSP ou da Polícia Judiciária.



PROBLEMA DENUNCIADO EM CELORICO

Violência contra pessoas com deficiência existe mas não tem estatísticas ou estudos



DESTAQUES

As pessoas portadoras de deficiência são consideradas vítimas vulneráveis.

As mulheres e raparigas com deficiência estão particularmente expostas a maus tratos.

Violência sobre pessoas deficientes tem muitas vezes relações de proximidade.

Celorico de Basto assinalou o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência

A violência contra pessoas com deficiência existe, mas não existem estatísticas ou estudos que a contabilizem. O problema foi, ontem, identificado e denunciado, em Celorico de Basto, nas comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

tudos ou estatísticas? Se calhar, porque não interessa que existam. Se calhar, porque o que será desvendado não seja muito agradável», denunciou e apontou Rui Machado, membro da comissão coordenadora dos (d)Eficientes Indignados, ontem, no Centro Cultural Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, em Celorico de Basto.

Falando na sessão “Conversas com Sentido”, comemorativa do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, sobre o tema “Vamos ganhar a luta contra a violência sobre a pessoa com deficiência”, Rui Machado acrescentou que não existem estudos ou estatísticas, mas existem indicadores que mostram «sinais muito preocupantes e sabemos que são apenas a ponta de um iceberg».

O relatório mundial sobre a deficiência da ONU, com validade até 2021, evidencia que as pessoas com deficiência estão «quatro a dez vezes mais» expostas a serem vítimas de violência e têm menor possibilidade de obtenção de intervenção eficaz da polícia e dos órgãos de fiscalização, de proteção jurídica ou de cuidados preventivos. Outro estudo, conduzido por Fernando Fontes, mostra 129 casos de vítimas, sobretudo do se-

”

Fala-se muito no Dia Internacional da Pessoa com Deficiência mas com muito folclore e poucas coisas realmente importantes.

Rui Machado

xo feminino, com dificuldades de aprendizagem. Destes, 50 por cento respeitavam a crimes de violação sexual.

Outro estudo, da autoria de Vera Cruz e Cristina Albuquerque, relativo a maus tratos em crianças e adolescentes, encontra uma correlação entre a deficiência e a violência em maus-tratos mistos, que incluem as violências física, psicológica, económica, sexual, negligência e abandono. E existe também o Relatório do Ob-

servatório da Deficiência e Direitos Humanos que mostra que uma em cada duas mulheres com deficiência é vítima de violência de género, incluindo abusos sexuais.

Aquele problema foi assumido pela dirigente do Gabinete de Apoio à Vítima de Braga, Marta Mendes, concedendo que «as estatísticas da APAV não revelam quantas das vítimas são vítimas com deficiência». «Admitimos, é certo, que há pessoas com deficiência vítimas de uma multiplicidade de crimes e formas de violência, mas não temos, em termos estatísticos, esses dados», concretizou. Simultaneamente, «é importante que se entenda que não existem pessoas vulneráveis, mas que há meios hostis que tornam as pessoas vulneráveis», acrescentou Rui Machado.

Naquele contexto, a conselheira municipal para a Igualdade, Helena Martinho, elencou al-

gumas das múltiplas formas de violência e maus tratos «muitas vezes ignoradas» sobre as pessoas com deficiência, desde o acesso ao trabalho, acesso ao lazer, acesso a vida independente, namorar, casar, ter filhos. «As pessoas com deficiência são demasiadas vezes violentadas nas suas opções, dignidade e direitos, sendo que, em boa verdade, lembramos estes problemas um dia no ano e esquecem-se os outros todos», atirou o presidente do Município, Joaquim Mota e Silva.

Com efeito, «a luta das pessoas com deficiência é feita, ainda, a um nível muito básico. Ainda se luta pelo acesso a uma cadeira, a um tratamento hospitalar ou a ter uma rampa junto de casa. Temos que dar o passo seguinte, temos que lutar por objetivos maiores, entre eles a sexualidade que parece que nos está confiscada», concluiu Rui Machado.

CITAÇÃO



Na APAV não temos estatísticas da pessoa com deficiência vítima, mas ela pode ser vítima de uma multiplicidade de crimes e maus tratos.

Marta Mendes

© RUI DE LEMOS

Não há estudos ou estatísticas que contabilizem a violência contra pessoas com deficiência, o que torna o problema invisível, mas simultaneamente escandaloso. «Isto é importantíssimo porque ninguém pode intervir sobre aquilo que não existe e levamos a perguntar porque será que não existem es-




Violência sobre idosos é tema de workshop no Museu de Leiria

O Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica registou 217 queixas de violência sobre idosos entre 2008 e 2018. Já a APAV contabilizou 3.387 casos de violência filio parental entre 2013 a 2017. A Mulher Séc. XXI realiza na quarta-feira, dia 12, um workshop sobre o tema, no Museu de Leiria, às 15 horas. Participação gratuita sujeita a inscrição pelo 244 821 728.



Tendência



B ZOOM // ESTE ANO NÃO QUERO PRENDA...

As campanhas de angariação de fundos no Facebook, geralmente organizadas por quem faz anos, estão a tornar-se um sucesso em todo o mundo e já permitiram doar mil milhões de dólares a instituições de solidariedade. Em Portugal, as associações mostram-se satisfeitas com os donativos e acreditam que, no futuro, esta será uma fonte de financiamento cada vez mais importante



B Zoom // Tendência

Pedir donativos como prenda de anos virou moda e as associações portuguesas fazem like

As angariações de fundos no Facebook estão a tornar-se campanhas rentáveis para as organizações sem fins lucrativos. As associações nacionais contactadas pelo *i* somam já dezenas de milhares de euros à conta da nova generosidade digital. Saiba tudo sobre a forma como a rede social leva os donativos até às instituições

CAROLINA BRÁS

carolina.bras@ionline.pt

Levar crianças à Disney é um dos sonhos que a Acreditar procura realizar às famílias com quem lida diariamente. Já aconteceu outras vezes mas, agora, a associação prepara-se para viajar com um grupo de dez rapazes e raparigas e nunca tinha sido tão fácil reunir o dinheiro suficiente para a viagem, disse ao *i* Filipa Carvalho, responsável pela coordenação de comunicação da associação de apoio a crianças com doenças oncológicas. O que mudou? O Facebook lançou há um ano uma nova ferramenta de angariação de fundos a pensar nas prendas de aniversário e os portugueses estão a aderir. Ao ponto de já haver várias associações a receber transferências regulares de donativos.

Filipa Carvalho conta que, desde agosto, a associação já conseguiu juntar 10 mil euros num total de 182 angariações. São essas verbas que vão permitir realizar aquele que era um dos objetivos da associação: levar as crianças a Paris. A Acreditar não é caso único. O *i* falou com oito das organizações sem fins lucrativos portuguesas que já podem receber estes donativos e todas se mostram entusiasmadas com os resultados, que ultrapassam dezenas de milhares de euros.

UMA FORMA DE MANTER A MÁQUINA A TRABALHAR “De fevereiro até agora já conseguimos receber cerca de 15 mil euros”, revela João Marques, do depar-

tamento de comunicação da Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla (SPEM). “Para nós, enquanto instituição, esta é uma forma de angariar mais fundos e até mesmo de conseguir manter a máquina a trabalhar”, resume o responsável.

A novidade que permite conseguir algum dinheiro extra chegou ao Facebook dos portugueses em dezembro de 2017, faz agora um ano. No início, pouco se sabia, mas o crescimento parece ter sido exponencial e, no primeiro ano, ela deixou as instituições com os cofres mais cheios. “Não estávamos à espera que fosse tanto. Sabíamos que poderia

“A primeira vez que o fiz (doação) foi por brincadeira”, confessou um utilizador que preferiu o anonimato

Associação Acreditar já recebeu donativos no valor de 10 mil euros, reunidos em 182 angariações

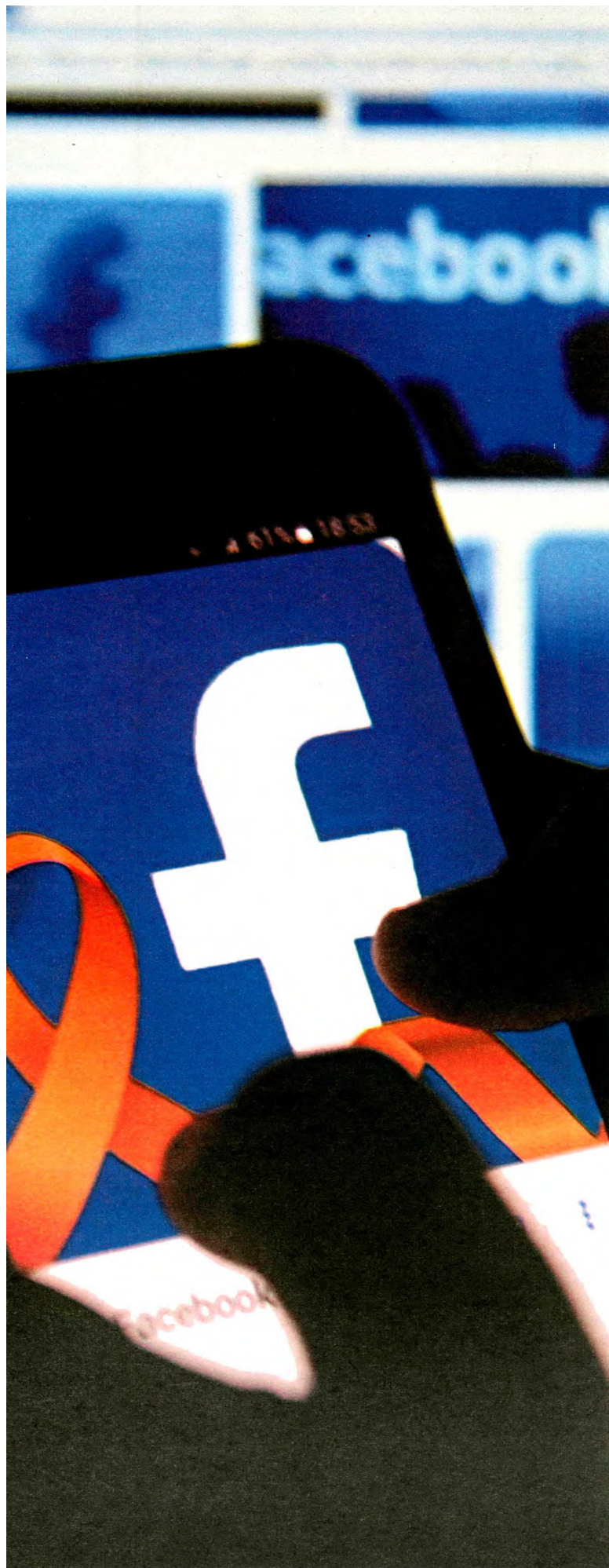
vir alguma coisa, mas não tínhamos noção de que seria tão significativo”, confessa Filipa Morais Santos, diretora de Marketing e Fundraising das Aldeias de Crianças SOS. “Começou devagarinho mas, de repente, mostrou ser uma ferramenta muito boa para angariação de fundos.”

A associação não adianta valores concretos, mas revela que “até ao momento, quase quatro mil pessoas contribuíram para a causa através do Facebook”.

Já a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) conseguiu reunir 4500 euros. “Entre julho e novembro, a média das angariações andou na casa dos 890 euros”, disse ao *i* Tânia Antunes, da unidade de fundraising da associação. Também a Operação Nariz Vermelho, que trabalha com crianças hospitalizadas, diz que os donativos recebidos através do Facebook somam já um valor significativo. “Foi crescendo ao longo do tempo e tem representado uma boa parte do que é a angariação de fundos através de particulares, mas ainda não temos valores totais”, respondeu Paula Peres, coordenadora de angariação de fundos de particulares desta instituição. “Dá para termos um grande potencial de crescimento e a esperança de ganhar cada vez mais.”

CAMPANHAS MULTIPLICAM-SE Se a moda são as campanhas de aniversário criadas pelos internautas, esta nova ferramenta permite também que as instituições criem angariações de fundos próprias para causas concretas que podem depois ser par-





Nova ferramenta do Facebook já foi usada por centenas de utilizadores para ajudar diversas causas sociais

NORBERTO DUARTE/AFP

tilhadas – uma tendência que também está a ser seguida em Portugal.

Bianca Santos, vice-presidente da Associação Zoófila Portuguesa (AZP), revelou por exemplo ao *i* que a associação tem duas angariações a decorrer. Apesar das vantagens da ferramenta, nem sempre a resposta é imediata, partilha a responsável. “No dia 22 de outubro lançámos uma angariação de donativos para um caso especial, o Rocky, um gato que precisa de ser operado, e pedimos um valor de 4100 euros, o valor que temos gasto com as operações ortopédicas até agora.” A campanha continua a decorrer, mas ainda vai na casa dos mil euros.

Também a Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla tem criado algumas campanhas específicas, para já com sucesso. João Marques recorda que, através destes fundos, já conseguiu comprar uma carrinha para a sede de Leiria e oferecer alguns cuidados de neuroreabilitação.

Embora as associações sintam que os donativos conseguidos através da rede social aumentaram ao longo do ano, ainda nenhuma das instituições contactadas pelo *i* tem no Facebook a sua principal fonte de financiamento no que toca a donativos particulares. Mas a expectativa é que possa tornar-se uma das principais vias de angariação de fundos no futuro. “Está a tornar-se cada vez mais forte”, resume Tânia Antunes, da APAV.

ATRAVÉS DO FACEBOOK, O DINHEIRO CHEGA MESMO? Tudo o que é novidade sus-
[continua na página seguinte >>](#)

Passo a passo

Criar é fácil

- No canto superior direito do computador ou do telemóvel irá aparecer a opção Criar. Basta carregar.
- Terá de escolher a opção Angariação de fundos e optar entre Amigo, Instituição de caridade e Tu.
- Para ser solidário para alguma organização basta carregar em cima da instituição pretendida.
- Terá de definir uma quantia e uma data limites para a angariação.
- Depois é só dar um título e escolher uma foto de capa.
- Feito isto, é só esperar que os seus amigos sejam solidários.

Para doar

- Encontrou uma angariação de fundos? Então clique em doar.
- Escolha um dos montantes pré-definidos ou qualquer outro à sua escolha.
- Opte pelo modo de pagamento e escolha se quer ou não partilhar esta doação com os seus amigos e seguidores.
- Depois é ver a barra a crescer e, se quiser comprovativo, falar diretamente com a instituição.

Para onde vai o meu dinheiro?

- Todo o dinheiro que é doado para as instituições é-lhes transferido pelo Facebook de duas em duas semanas, sem qualquer redução de imposto ou taxa.
- Quando cria uma angariação própria, sofre uma taxa de 1,54% de imposto do Facebook e perde 0,30 cêntimos pela abertura da angariação.
- Mesmo que não chegue ao objetivo, as organizações recebem todo o dinheiro doado.



B Zoom //

>> [continuação da página anterior](#)

cita curiosidade, mas também alguma desconfiança. Do lado das associações, por agora não há queixas. “Temos acesso à campanha em tempo real, quais os valores que foram doados e quanto falta para atingir o objetivo”, explica Rodrigo Livreiro, presidente da Animalife, sem revelar o total angariado até ao momento.

Do lado dos internautas, têm surgido alguns receios que as associações procuram desfazer. Como se trata de uma rede social, o contacto direto com a organização é privilegiado e há quem prefira jogar pelo seguro e perguntar antes de arriscar – uma situação que não é estranha à SPEM. “Recebemos contactos de utilizadores a perguntar se estão a ser roubados e se o dinheiro efetivamente chega”, diz João Marques. “Temos tido essas questões e é normal”, confirma também Paula Peres, da Operação Nariz Vermelho. “Podemos garantir que o dinheiro chega”, esclarece. Também as Aldeias de Crianças SOS já tiveram contactos de utilizadores da rede social que queriam

perceber se o dinheiro era mesmo entregue, a quem responderam de forma afirmativa.

A HORA DO PAGAMENTO E se a curiosidade é mesmo saber como as associações recebem as verbas angariadas, o processo é relativamente simples. As associações explicaram ao *i* que, havendo campanhas ativas, recebem trans-

Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla já angariou cerca de 15 mil euros no Facebook

A rede social criou angariações de fundos para ajudar organizações sem fins lucrativos

ferências bancárias do Facebook a cada 15 dias. E não é preciso esperar para atingir o valor total da angariação de fundos: se tiver um amigo a pedir 100 euros para uma associação e só forem reunidos 30 euros, a instituição receberá esse montante na próxima transferência.

Se, do lado de quem dá, à partida não é possível saber o valor dos diferentes donativos, as associações têm o relatório completo. Mas há uma espécie de segredo: se for à sua página de Facebook e simular a criação de uma angariação de fundos (na barra azul em cima, no botão Criar, ao lado das Notificações) poderá perceber com alguma facilidade a que instituições é que os seus amigos têm estado a fazer donativos. Não são revelados os valores mas, se clicar em Instituições de caridade, verá que algumas contaram já, em algum momento, com contributos de pessoas conhecidas.

OS DESCONFIAOS TAMBÉM AJUDAM Se muitas pessoas acabaram por confiar e fazer o donativo diretamente na rede social, as associações também têm casos de pessoas que souberam das campa-

nhas pelo Facebook mas optaram por ajudar à moda antiga.

“Já tive contacto com pessoas que tinham receio de colocar os dados no Facebook e perguntavam se nos podiam doar o dinheiro através do NIB. Dissemos que sim e acabaram por ajudar”, partilha Bianca. Nestas ocasiões, porém, aproveitam para explicar que os donativos no Facebook têm outra vantagem do ponto de vista das associações. “O Facebook transfere exatamente o que as pessoas doam, livre de impostos ou taxas”, explica a dirigente da AZP.

Não terem de pagar taxas e não ser preciso fazer qualquer investimento à partida é, aliás, o que torna as angariações de fundos no Facebook atrativas para as instituições: o retorno é total. Mas isto é válido apenas para as associações. Se criar uma angariação de fundos a título pessoal, o que também é possível, o Facebook cobra 1,54% sobre o valor angariado e ainda 30 céntimos pela criação da campanha.

Os utilizadores podem ainda pedir o comprovativo da doação e receber os devidos agradecimentos. E, aqui, as associações têm espaço para decidir



Tendência

Associação Zoófila Portuguesa só entrou no rol de organizações que podem beneficiar destas angariações em outubro

RICARDO CASTELO



vantagem”, conclui Bianca Santos, temendo apenas que acabe por surgir algum cansaço. “É uma ferramenta que não deve ser usada sempre pelas instituições porque as pessoas cansam-se e pode acabar por ter o resultado inverso.”

Por agora, as organizações agradecem a nova ferramenta, até porque nem todas tinham o mesmo domínio da tecnologia. “No nosso caso, não temos recursos financeiros tecnológicos para que a pessoa possa transferir o dinheiro por PayPal ou cartão de crédito, e o Facebook permite que isso aconteça”, reconhece João Marques, da SPEM.

Filipa Carvalho, da Acreditar, destaca ainda a responsabilidade social do Facebook, já que a própria rede social garante sempre 5 euros a cada angariação. “O que também é muito bom”, comenta. “Sem dúvida que o melhor deste instrumento passa pela simplificação dos donativos, até porque tudo o que é complicado leva as pessoas a desistir”, acrescenta Tânia Antunes, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

E quem dá mais? O público mais sensível a estas causas costuma ser maioritariamente feminino e “pessoas entre os 30 e os 40 anos, que já trabalham e já tem algumas possibilidades”, desvenda Filipa Carvalho, coordenadora de comunicação da Acreditar. Filipa Santos, das Aldeias de Crianças SOS, acredita que o perfil será mais diversificado do que nas campanhas tradicionais, já que qualquer pessoa pode facilmente encontrar uma angariação que faça sentido para si.

Além do dinheiro, as associações veem nesta ferramenta uma forma mais rápida e simples de fazer publicidade à instituição e à causa. “Há pessoas que nunca pensaram nisso e que nunca o fizeram, e que acabam por fazê-lo porque um amigo partilhou a doação”, diz Paula Peres, da Operação Nariz Vermelho. Em todas as angaria-

ções criadas há uma pequena descrição da instituição, o que também ajuda a passar a mensagem. “Tanto dá a conhecer a instituição e o nosso trabalho como é uma forma muito mais simples de comunicar com as pessoas que ajudam”, diz Rodrigo Livreiro, da Animalife.

Do lado de quem ajuda, a facilidade parece ser o grande argumento. “Basta escolher o valor, meter o PayPal e está feito”, resume Diogo Marques. Estudante na casa dos 20 anos, Diogo deixou-se contagiar pelos donativos e já tem apanhado boleia das campanhas criadas pelos amigos para ajudar diferentes associações. “A primeira vez que o fiz foi por brincadeira, mas agora começo a estar mais atento”, confessa.

Do lado de quem organiza as campanhas, todo este movimento acaba por ser uma inspiração. O Facebook é o primeiro a incentivar: antes de cada aniversário, a rede social lembra os utilizadores de que podem criar uma campanha para uma associação à sua escolha. Mas muitos utilizadores têm aderido porque veem outros a fazer o mesmo.

Foi isso que fez João (nome fictício). Pouco tempo antes de fazer anos, em março, decidiu criar uma campanha e ficou à espera do resultado. “Nunca pensei que tanta gente ajudasse e que chegasse onde chegou: consegui angariar mais de 100€”, disse ao *i*.

O *i* falou com algumas das associações de maior dimensão, mas entre as que já estão aptas para receber donativos (um processo que explicamos nas próximas páginas) estão várias entidades de menor dimensão espalhadas pelo país. João optou por ajudar uma instituição da terra onde nasceu, no Alentejo, e lembra que alguns amigos fizeram questão de lhe dizer que, como tinham participado, não lhe iriam dar prenda. “E não deram mesmo”, sorri.

Outras associações



Ajuda de Berço



Alzheimer Portugal



Médicos do Mundo



UNICEF



Make-a-Wish



Vencer Autismo



World Wildlife Fund



Children With Cancer UK

como querem interagir com quem as apoia. Muitas vezes são respostas genéricas mas, por exemplo a Associação Zoófila Portuguesa explicou ao *i* que faz questão de mostrar para que fim foi utilizado o dinheiro e qual o estado do caso, como acontecerá, por exemplo, com a campanha para ajudar o Rocky.

“Ainda não encontrei nenhuma des-

Dinheiro chega às organizações a cada duas semanas, sem qualquer imposto ou taxa

“Esta é uma forma de manter a máquina a trabalhar”, diz João Marques, da SPEM



B Zoom // Tecnologia

Um pouco de burocracia para uma boa ajuda

Já há 166 associações portuguesas aptas a receber donativos através do Facebook, um processo que nem sempre é assim tão rápido. Se todos os utilizadores portugueses desta rede social fizessem um donativo de 10 euros a uma instituição uma vez por ano, o resultado seria uma injeção de 64 milhões de euros no terceiro setor

CAROLINA BRÁS
carolina.bras@ionline.pt

A nova ferramenta do Facebook permite aos utilizadores festejar o aniversário de uma forma mais solidária, mas não está limitada a estas datas: qualquer utilizador pode, em qualquer momento, criar uma angariação de fundos. A onda de solidariedade parece estar a espalhar-se por todo o mundo, tanto que a rede social de Mark Zuckerberg anunciou, em novembro, ter chegado a mais de mil milhões de dólares angariados por esta via. Nos 19 países onde esta nova forma de ajudar está disponível foram mais de 20 milhões as pessoas que criaram uma angariação ou doaram algum dinheiro para as mais de um milhão de organizações sem fins lucrativos já inscritas na ferramenta. Mas se criar uma campanha e doar é rápido, fazer parte da lista de contemplados não é um processo assim tão imediato para as associações e demais entidades.

A rede social exige, desde logo, que cada instituição se qualifique para poder receber estes donativos. No fundo, as associações têm de fornecer um conjunto de dados e documentos para atestar a sua idoneidade.

As organizações sem fins lucrativos sediadas na Europa têm de indicar a data de nascimento e endereço do diretor executivo da instituição e detalhes da conta bancária – incluindo o nome do banco, o titular da conta, uma carta ou um extrato bancário oficial com data dos últimos três meses e ainda os dados que serão usados para as transferências, como um código SWIFT e o IBAN. Têm também de apresentar documentos de registo da instituição de caridade, explica a rede social.

Além disso, a página da instituição na rede social tem de estar bem cataloga-

da: só serão aceites entidades que estejam inscritas no Facebook como “organização sem fins lucrativos” ou “organização de caridade”.

Cumpridas estas obrigatoriedades, o administrador da página terá de iniciar sessão nos pagamentos e aceitar os termos de serviço do Facebook e os de gestor de negócio.

Perante os diferentes passos a seguir, por vezes surgem dificuldades e o processo chega a demorar meses. Essa foi, pelo menos, a experiência de algumas das associações contactadas pelo *i*.

A Associação Zoófila Portuguesa (AZP), começou a tentar aderir no verão, mas não conseguiu ser logo aceite. Em outubro fez uma nova tentativa, mas o Facebook parecia não querer aceitar o nome da associação, explicou ao *i* Bianca Santos, vice-presidente da AZP. “Tivemos de entrar em conversações com eles e tentar alterar algumas tecnicidades.” Seguidos todos os passos, começaram a receber donativos em pouco tempo.

No caso da Acreditar, o processo também levou alguns meses. “Iniciámos o processo em abril, mas demorou algum tempo porque foram necessárias muitas burocracias”, lembra Filipa Carvalho, coordenadora de comunicação da

associação. O primeiro donativo aconteceu a 14 de agosto.

“Temos esta ferramenta disponível, mas não há muito tempo”, diz também Tânia Nunes, da unidade de fundraising da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. “Só no verão deste ano é que

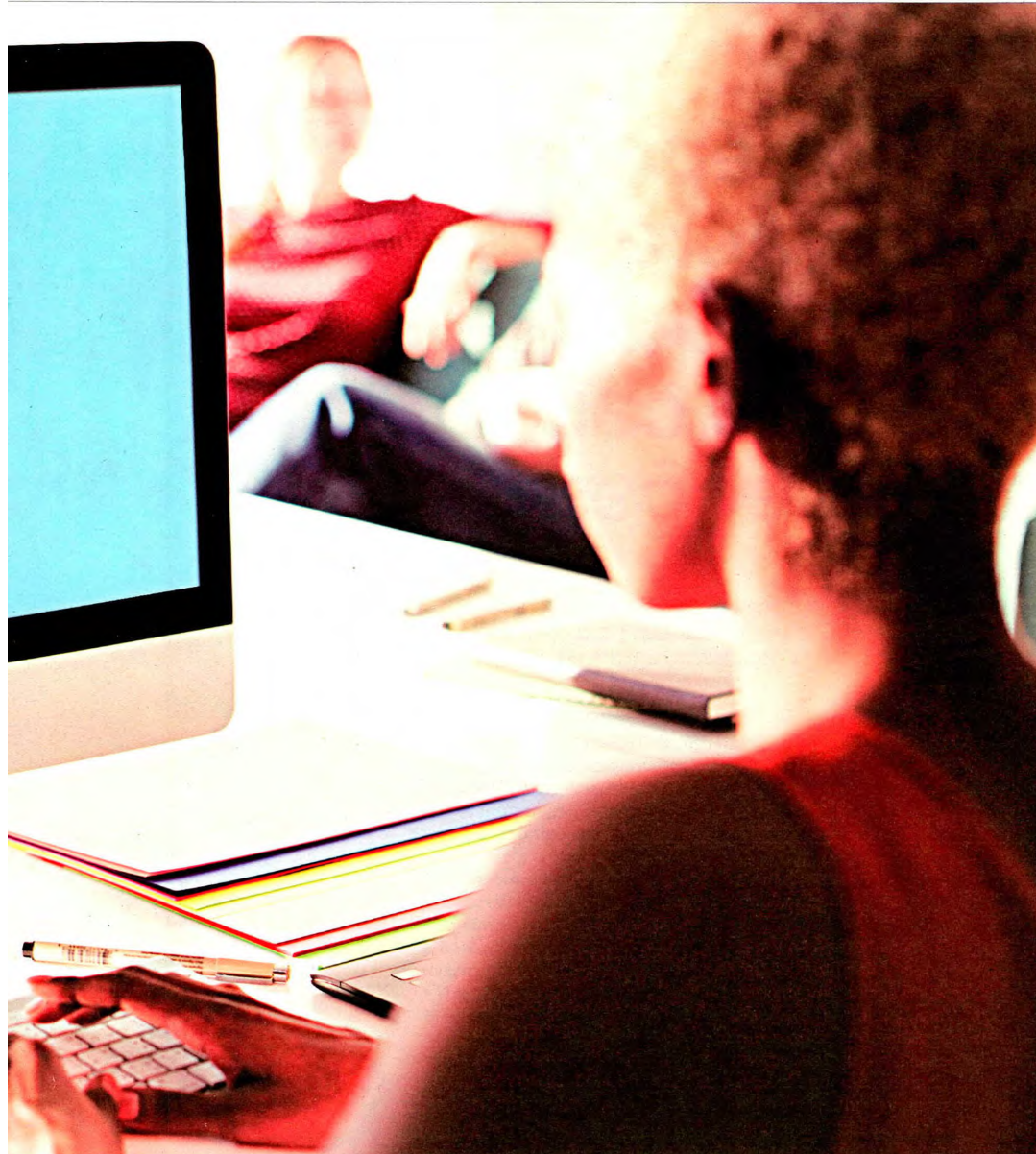
Organizações são obrigadas a mostrar diversos documentos ao Facebook para poderem usufruir das angariações

Facebook anunciou, em novembro, ter chegado aos mais de mil milhões de euros em doações

Nos 19 países com esta ferramenta já estão inscritas mais de um milhão de instituições

Entrega de documentação atrasou o processo de adesão de algumas instituições





conseguimos aderir porque também houve uns processos do lado deles que demoraram um bocadinho mais”, referiu ao *i*.

Apesar de haver demoras, em todos os inícios são atribulados. Paula Peres, coordenadora de angariação de fundos particulares da Operação Nariz Vermelho, explicou ao *i* que foram aceites já há um ano e não tem memória de ter sido muito difícil. “Fizemos o pedido ao Facebook, demos as informações necessárias para sermos uma organização de alguma forma credenciada ou autenticada e precisámos de enviar alguma documentação. Logo que o fizemos, começámos a angariar”, concluiu.

Uma boa experiência também partilhada por João Marques, do departamento de comunicação da Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla (SPEM). “Fomos uma das primeiras 20 instituições de solidariedade social a poder fazer este tipo de angariações. Fizemos uma submissão ao Facebook que foi aceite e, embora demorasse algum tempo a ser aprovada, em fevereiro começámos a receber estes donativos.”

Há também o caso das instituições internacionais, para as quais o processo é mais fácil e rápido. É o caso das Aldeias de Crianças SOS. “O Facebook já tem

uma lista específica de organizações sem fins lucrativos que considera terem alguma popularidade e, portanto, como nós somos uma organização internacional, foi mais fácil”, explicou Filipa Santos. “Porque somos bastante conhecidos e porque já estávamos a utilizar este método noutros países”, esclareceu.

Com mais ou menos atrasos, a verdade é que todas estas associações conseguem angariar valores representativos e com peso na vida financeira da organização. E em Portugal já são cerca de 166 as organizações credenciadas na rede social.

Que impacto pode ter o Facebook? Não existem estudos, mas é possível fazer algumas contas. Portugal fechou o ano de 2017 com cerca de 6,4 milhões de utilizadores na rede social. Se cada um doasse 10 euros para uma qualquer instituição pelo menos uma vez por ano, seria possível injetar 64 milhões de euros no terceiro setor. A dividir por estas 166 associações, daria uma transferência de 385 mil euros para cada uma.

O *i* tentou perceber junto do Facebook quantos utilizadores portugueses já fizeram donativos e qual o montante angariado, mas não obteve resposta até ao fecho desta edição.

Até ao final do ano de 2017, o Facebook tinha 6,4 milhões de utilizadores portugueses

DREAMSTIME

Quanto até agora?

+ mil

milhões de dólares angariados por todo o mundo através da nova ferramenta

20

milhões de pessoas já criaram angariações ou fizeram alguma doação

19

países têm acesso a esta ferramenta

+1

milhão de organizações sem fins lucrativos que beneficiam de angariações

2,27

mil milhões de utilizadores ativos por mês nos últimos quatro meses do ano

6,4

milhões de utilizadores são portugueses. Números do final de 2017

166

instituições portuguesas aptas a receber donativos nas campanhas do Facebook

7,5

milhões de dólares foi o valor mais alto até novembro numa angariação de fundos, pela Save The Children



APAV inaugura quinto polo de formação do país



O quinto polo de formação da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) vai ser inaugurado hoje, na rua do Teodoro, n.º1, nas antigas instalações do gabinete da APAV na cidade. A nova infraestrutura da Formação APAV no país vai providenciar uma resposta adequada às necessidades formativas e de actualização dos técnicos e das técnicas que, em toda a zona Centro, trabalham directa ou indirectamente com vítimas de crime, seus familiares e amigos.

A inauguração está agendada para as 11h00 e vai contar com a presença da coordenadora executiva da Formação APAV e assessora técnica da instituição, Maria de Oliveira. A associação já dispõe dos polos de Formação Norte, Lisboa, Algarve e Açores, juntando-lhe agora o chamado polo de Formação Centro. De 2002 a 2018, a Formação APAV registou, em todo o país, 7.438 eventos formativos, com mais de 18 mil horas e contou com a participação de mais de 243 mil pessoas.

A APAV, enquanto entidade certificada pela DGERT, ministra regularmente cursos de formação a profissionais de diferentes áreas de formação e de vários organismos públicos e/ou privados, bem como acções de sensibilização, Webinars APAV (palestras online), seminários, programas de prevenção do crime e da violência, consultoria e supervisão, entre outros eventos em todo o país.◀

Violência contra pessoas com deficiência intelectual e/ou multideficiência

Não existe uma relação direta entre deficiência e vitimação: o risco de ser vítima de crime é o mesmo para uma pessoa com deficiência intelectual e/ou multideficiência e para uma pessoa que não seja portadora de deficiência. As pessoas com deficiência têm, todavia, maior dificuldade de inserção na sociedade e de promover a sua proteção. São, portanto, pessoas mais vulneráveis, o que pode potenciar o risco da vitimação, com crimes e formas de violência originadas por barreiras sociais – no que toca, por exemplo, à igualdade de oportunidades dos cidadãos e das cidadãs, bem como quanto ao seu pleno direito à autodeterminação e poder de decisão. As pessoas com deficiência intelectual e/ou multideficiência estão muitas vezes em desvantagem também em contexto familiar.

Tipos de violência

Existem, pelo menos, seis tipos de violência mais frequentes contra pessoas com deficiência intelectual e/ou multideficiência:

- Violência física: consiste em qualquer ato intencio-

nal ou não, isolado ou repetido, infligido por qualquer pessoa contra a pessoa com deficiência intelectual e/ou multideficiência. Pode implicar, por exemplo, queimaduras, fraturas, feridas, entre outras maleitas. Apesar de se tratar de violência física, pode não deixar marcas visíveis no corpo das vítimas;

- Violência psicológica: resulta da incapacidade de proporcionar à pessoa com deficiência intelectual e/ou multideficiência as condições devidas para o seu bem-estar psicológico, o que implica necessariamente as suas dimensões emocional, afetiva e relacional, bem como uma dimensão social – como atos de intimidação, de humilhação, de chantagem emocional, de desprezo, de privação do poder de decisão, entre outros;

- Violência sexual: resulta de qualquer comportamento que implique a ofensa da autodeterminação sexual das pessoas com deficiência intelectual e/ou multideficiência, através, por exemplo, da prática de violação, abuso sexual, coação sexual, exibicionismo, realização de fotografias e/ou filmes pornográficos, entre outras. Algumas das vítimas confun-

dem a violência sexual com uma manifestação afetiva, sobretudo quando praticada por algum familiar e/ou prestador de cuidados;

- Violência económica ou financeira: resulta de qualquer tipo de comportamento que vise o impedimento do controlo, por parte das pessoas com deficiência intelectual e/ou com multideficiência, do seu próprio dinheiro e/ou dos seus bens; e/ou que visem a sua exploração danosa;

- Negligência: consiste na incapacidade de proporcionar à pessoa com deficiência intelectual e/ou com multideficiência a satisfação das suas necessidades fundamentais, quer ao nível físico, psicológico e social, dentro ou fora da sua família. Esta é uma forma ativa de violência quando existe intenção por parte do agressor, ou passiva, quando o agressor age por ignorância, incompreensão ou incapacidade;

- Abandono: resultante de qualquer comportamento que implique o abandono das pessoas com deficiência intelectual e/ou com multideficiência pelos seus familiares a situações de dificuldade e de solidão.

Outras formas de violência

Há ainda que referir outras formas de violência contra as pessoas com deficiência intelectual e/ou com multideficiência. Ainda que mais raras, estas não são formas menos graves de violência: exploração laboral da pessoa deficiente, mendicância (obrigando-a a pedir pelas ruas) e corrupção (incitando a comportamentos violentos, moralmente degradantes e/ou antisociais ou desviantes, como a toxicodependência, o tráfico, a prostituição, etc.).

Pode, em alguns casos, verificar-se a Síndrome de Muchausen por Procuração – que diz respeito à atribuição, por parte de prestadores de cuidados, de sinais e sintomas vários – simulados –, com a intenção de convencer equipas clínicas e outros profissionais da existência de uma doença, procedendo-se a hospitalizações frequentes, levando à necessidade de procedimentos de diagnóstico exaustivos, com recurso, por vezes, a técnicas invasivas.

Considera-se esta síndrome uma forma rara de violência, que pode criar certas dificuldades de diagnóstico.

Os agressores podem, por exemplo, ministrar medicamentos para provocar a sintomatologia, adicionar sangue ou contaminantes bacterianos às amostras de urina da pessoa com deficiência, sufocá-la repetidamente e, depois, levá-la ao hospital, com queixas de apneia, etc. Verificam-se, nestes casos, hospitalizações repetidas e investigação médica (do que não resultam diagnósticos precisos), sinais e sintomas de difícil explicação, etc.

Que apoio está disponível?

A consciencialização da população conduziu ao incremento do número de pessoas apoiadas, mas as barreiras mentais, a dificuldade de acesso e compreensão da informação, a dependência, a vergonha e a fragilidade persistem, aliadas à perceção pouco generalizada do problema, o que dificulta o alcance destes objetivos.

A APAV apoia as pessoas com deficiência, suas famílias e amigos(as), prestando-lhes apoio jurídico, psicológico e social. Contamos também com todos e todas: com vizinhos e vizinhas, com os conhecidos e as conhecidas das vítimas, cujo

papel pode ser muito importante, sobretudo na denúncia das situações de violência, bem como com a colaboração de outras instituições, públicas e privadas.

A APAV disponibiliza ajuda presencialmente, de forma gratuita, confidencial, qualificada e humanizada, e apoio emocional, jurídico, prático e psicológico, bem como encaminhamento social. A APAV também disponibiliza a Linha de Apoio à Vítima – 116 006 –, uma linha de apoio gratuita, todos os dias úteis das 9h-21h.

GABINETE DE APOIO À VÍTIMA DE BRAGA

Rua de S. Vítor, 11 (Edifício Junta de Freguesia de São Victor)

4710-439 Braga

Tel. 253 610 091

apav.braga@apav.pt

Dias úteis: 10h00-13h00 / 14h00-18h00

LINHA DE APOIO À VÍTIMA 116 006 | Chamada gratuita | Dias úteis: 09h-21h

No âmbito das celebrações dos 25 anos, o GAV Braga publica um artigo de opinião por mês no Diário do Minho sobre as diversas áreas de atuação da APAV

PSIS

REVISTA OFICIAL DA
ORDEM DOS PSICÓLOGOS
PORTUGUESES

Nº 15 | DEZEMBRO 2018



ORDEM
DOS
PSICÓLOGOS

Orçamento do Estado 2019 - pág.10

“Propostas da OPP entregues e propostas de alteração debatidas e votadas na especialidade”

O que faz o Psicólogo na área do Terrorismo - pág.16

“A compreensão deste fenómeno de radicalização é profundamente psicológica”

Censo OPP 2018 - pág.27

“Quanto mais psicólogos responderem, mais e melhor informação e ferramentas teremos para promover e defender a profissão”

A PSICOLOGIA

DA EDUCAÇÃO E UM NOVO

PARADIGMA EDUCATIVO

- pág.19

O que faz o Psicólogo no trabalho na área do terrorismo



TEXTO

Duarte Zoio, Assessor de Comunicação OPP

Nesta edição da PSIS21, fomos falar com Bruno Brito, psicólogo da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) e especialista em Psicologia Clínica e da Saúde e especialista Avançado em Psicoterapia, pela Ordem dos Psicólogos Portugueses. E o tema da conversa foi “o que faz um psicólogo... em terrorismo”.

Ultrapassadas as conversas introdutórias e circunstanciais, questioneei directamente qual o papel do psicólogo neste contexto. “Embora possa parecer óbvio que as vítimas de terrorismo precisem de apoio psicológico, só muito recentemente é que a Comissão Europeia veio a incluir essa especificidade numa directiva, nomeadamente na directiva de combate ao terrorismo. É preciso entender que esta directiva não é dirigida especificamente às necessidades das vítimas, muito menos apenas à necessidade de apoio de saúde mental”, respondeu de imediato Bruno Brito. “Esta é uma directiva extensa, que foca todos os aspetos de combate ao terrorismo, como a sua prevenção pela troca de informações entre os serviços de segurança e de inteligência, ou como deve ser feito o combate ao financiamento de células terroristas. Pela primeira vez, necessidades das vítimas vêm para a primeira fila, e o destaque que é dado às necessidades de apoio psicológico, colocado desta forma é, sem dúvida, inédito”, acrescentou.

Realizei que talvez fosse melhor voltar um pouco atrás e perceber que papel pode ter a Psicologia, como compreensão e intervenção no fenómeno do terrorismo. Pergunta respondida de forma bastante directa e esclarecedora pelo

meu convidado: “Resumidamente, no apoio às suas vítimas, na compreensão do fenómeno e na sua prevenção, como na prevenção da radicalização extremista e no apoio directo ao combate ao terrorismo”.

“E relativamente ao apoio psicológico de quem sofre um atentado”, perguntei. “O apoio psicológico a quem sofre de um atentado tem as suas especificidades. É um evento com potencial traumático extremamente elevado. Quando estas situações acontecem, superam em muito a nossa capacidade de entender os limites da acção humana. São acontecimento que, pela sua magnitude, surpresa, bizarria, marcam profundamente a quem sofre directamente da sua ocorrência, de quem assiste, directamente, ou por ter afectado familiares ou amigos, ou até por se ter conhecimento através da comunicação social ou através da internet. O apoio psicológico às vítimas deve de acontecer de imediato, preferencialmente até mesmo no local onde o atentado aconteceu. Hoje em dia, cada vez mais vemos psicólogos com formação e integrados nas equipas de ‘primeira linha’ a prestar esse apoio directamente na rua. São psicólogos integrados em equipas de emergência médica ou nas forças de segurança que quando são chamados a intervir nestas situações já sabem que vão ter que prestar o que cada vez mais nos habituamos a chamar de primeiros socorros psicológicos”.

“Mas, no meio disto, o terrorismo tem as suas especificidades...”, supus eu. “Sim, de facto, as vítimas precisam de um conjunto de informações importantes e de um determinado

tratamento que vão para além dos primeiros socorros psicológicos. É muito sensível e importante a forma como a informação é registada”, respondeu Bruno Brito, tendo eu interrompido para pedir um exemplo: “Posso dizer que o local onde a vítima se encontra (a distância a que estava quando a bomba detonou, por exemplo) face ao atentado pode ser crucial para mais tarde ser considerada “oficialmente” como vítima de terrorismo. Este facto está directamente relacionado com, mais tarde, estar envolvida, ou não no processo judicial, ter acesso à indemnização por parte do estado ou mesmo ser participada financeiramente para ter apoio psicológico. É talvez das situações onde o grau de especialidade e exigência que é solicitada ao psicólogo que intervém seja mais significativa, comparando com outras situações onde os primeiros socorros psicológicos possam ser aplicados, como no caso dos acidentes graves ou catástrofes”.

Cada vez mais interessado no tema, perguntei qual o impacto destas situações a médio e longo-prazo nas vítimas. “A percentagem de traumatização é elevada. Para além do evento, as vítimas têm muita dificuldade em processar o “porquê”. Porque é que estas pessoas decidiram fazer isto? Porquê a mim ou ao meu familiar? Qual o sentido desta situação? Há muita necessidade de encontrar histórias semelhantes. De falar com pessoas que passaram pela mesma experiência. Este trabalho também é pedido aos psicólogos. Que consigam providenciar espaço e dinamizar grupos de encontro ou de apoio. A especialização na área da psicotraumatologia



é uma das requeridas para se trabalhar com vítimas de terrorismo. E é exatamente isto que a directiva diz.

• • •

‘Os serviços de apoio deverão ter em conta que as necessidades específicas das vítimas do terrorismo poderão evoluir ao longo do tempo. Nesse particular, os Estados-Membros deverão garantir que os serviços de apoio atendam, em primeiro lugar, pelo menos às necessidades emocionais e psicológicas das vítimas mais vulneráveis do terrorismo e que informem todas as vítimas do terrorismo da possibilidade de continuarem a receber apoio emocional e psicológico, incluindo apoio e aconselhamento pós-traumáticos’ - Directiva da Comissão

Europeia

• • •

“Mas quando falamos em terrorismo, as pessoas têm ideia de ser algo bastante mais complexo do que apenas o acontecimento de um crime”, comentei eu, tendo Bruno Brito respondido imediata e afirmativamente. “Sem dúvida. A compreensão do fenómeno toca em várias áreas da Psicologia, como a

Psicologia social, para entender conceitos como identidade de grupo, de crenças sociais e religiosas, de etno-Psicologia. Só entendendo outras formas de pensar, se pode entender como é que é possível colocar um ideal à frente da sua vida ou da vida de outros. E mesmo fenómeno só pode ser entendido analisando fenómenos geopolíticos, de crises e migrações, de refugiados, alterações climáticas ou de conflitos religiosos milenares”.

Neste contexto, lembrei-me da questão dos ex-combatentes e das questões do stress pós-traumático. “Sim, essa é outra área que é requerida à Psicologia, e que é muito discutida. No fundo, que tipo de abordagem psicológica pode ser dada a ex-combatentes que serviram em palcos de guerra, que sofrem de stress pós-traumático pelo que passaram em combate, mas também que possuem ideais de radicalização”. Esta palavra levou-me a questionar o meu convidado sobre o fenómeno: “Este fenómeno de radicalização, que está acontecer nos dias de hoje através de fortes campanhas, muito bem contruídas nas redes sociais, por grupos extremistas, que tentam recrutar jovens na Europa para se converterem a determinados ideais para que depois sejam instrumentalizados para cometer atos terroristas. Estas campanhas conhecem as fragilidades destas pessoas e sabem como alterar a sua perceção da realidade, mostrando-lhes outras que lhes pareçam mais atrativas. Exploram a noção do “eu e dos outros”, criando clivagens ao ponto de os converter a ideias extremistas. Estes jovens acabam por ser seduzidos por uma identidade mais forte

do que aquela que conhecem na sociedade onde vivem. Ou porque são descendentes de emigrantes e não se identificam com a cultura do país onde vivem agora, ou porque se sentem discriminados pela sua raça ou etnia, ou ainda pelo seu extrato social. A compreensão deste fenómeno de radicalização é profundamente psicológica. E apenas com estratégias de desradicalização, também assentes em intervenções psicológicas, se faz a prevenção do recrutamento, e assim da ocorrência de mais actos de terrorismo”, respondeu.

Já em jeito de conclusão, perguntei o que fazia actualmente nesta área. “No meu caso pessoal, o facto de ser psicólogo clínico e de perseguir a especialização em psicotraumatologia aproxima-me mais do apoio na fase de emergência, com os primeiros socorros psicológicos, com a intervenção em crise e com a intervenção em psicoterapia em trauma. A gestão que tenho feito de equipas e projetos que dão apoio a vítimas de terrorismo, como acontece na APAV, só tem sido possível com partilha de conhecimento e apoio de outros colegas, peritos, especialmente de outros países onde o flagelo do terrorismo é mais frequente, que se dispõe para partilhar conhecimento em grupos específicos para o efeito e dos quais tenho feito parte”.

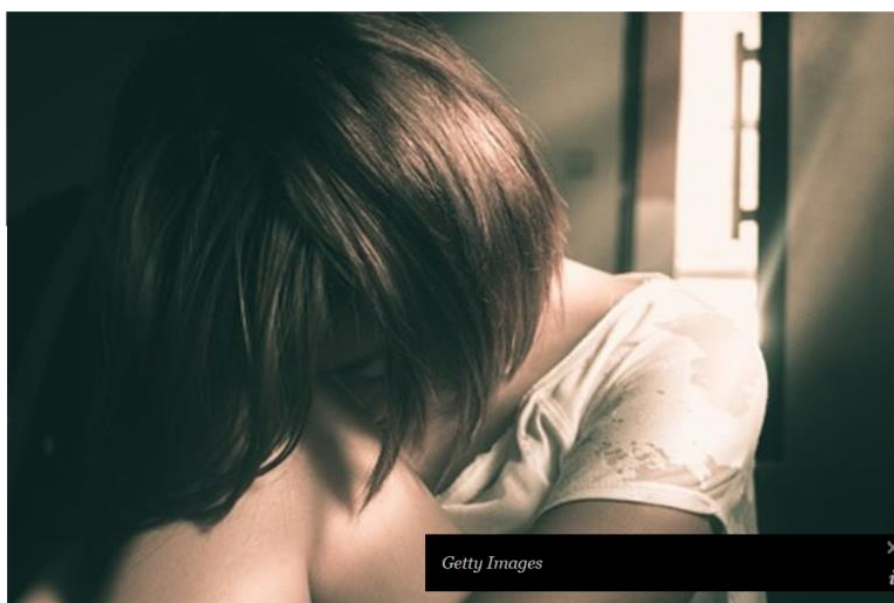
PORTUGAL

Como a liberdade dos agressores afecta vítimas de violência doméstica

07.12.2018 11:48 | por Alexandre R. Malhado

799

O homem detido em Alverca por agredir com pontapés e socos na barriga a companheira, grávida em fim de gestação, ficou em liberdade. APAV diz que vítimas de violência domésticas sentem impunidade, medo e culpa.



Impunidade, medo e, às vezes, culpa. Culpa por acharem que exageraram ao denunciar o seu suposto agressor. Estes são três sentimentos que costumam estar presentes em vítimas de **violência doméstica** que vêem o seus agressores serem libertados pelos tribunais, **à semelhança do que aconteceu esta quinta-feira com o agressor de uma grávida** em fim de gestação, desferindo-lhe pontapés e socos na barriga.

"Além do medo, porque o agressor está solto, há vítimas que sentem culpa e colocam-se em causa. Sentem que aquilo que disseram ou que lhes aconteceu não foi suficiente, que terão exagerado. Começam a desconfiar de si próprias por sentir que é uma medida [de coação] curta", explicou à **SÁBADO** o psicólogo Daniel Cotrim, membro da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

O alegado agressor foi apanhado em Alverca a espancar a mulher, de 32 anos, grávida em fim de gestação, tendo sido imobilizado por um agente do Corpo de Intervenção da PSP, de 34 anos, passava de carro pelo local. Esta quinta-feira, o alegado agressor foi presente a um juiz de instrução criminal no Tribunal de Vila Franca de Xira, no distrito de Lisboa, que lhe decretou a medida de coação de "proibição de contacto com a vítima", ficando em liberdade com pulseira electrónica.

RELACIONADO



Nasceu bebé de grávida agredida pelo companheiro em Alverca



Morreu rapaz agredido a tentar salvar a mãe de ser violada na Rússia



Homem que agrediu companheira grávida de nove

"Não pondo em causa o que esteve por detrás da decisão dos senhores magistrados, o que nos preocupa é a imagem pública que passa relativamente à suposta impunidade aos agressores de violência doméstica", argumenta o psicólogo. "Isto afecta directamente os homens e mulheres vítimas de violência doméstica, que agora podem sentir menos vontade, mais receio, menos confiança no sistema, para fazer uma denúncia e reformular a sua vida num contexto abusivo", acrescenta.

Ao longo da sua experiência, medidas de coação como "proibição de contacto com a vítima" nem sempre chegam para impedir os agressores de continuarem os seus abusos. "Às vezes, a apresentação automática ou uma medida de afastamento não garantem a segurança das vítimas, porque de alguma forma o sujeito não está inibido de se poder encontrar com a vítima", explicou Cotrim. "Em relação a estas situações, o sistema deve emitir uma atitude mais assertiva, de maior intolerância à violência doméstica", acrescentou.

"As medidas de coação devem ser aplicadas em proporção ao acontecimento. Do que conhecemos, este tipo de acontecimentos são vivenciados com muita violência - e muita perseguição à vítima", concluiu Cotrim.

COIMBRA

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima inaugura Polo de Formação em Coimbra

por Notícias de Coimbra Dezembro 10, 2018

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima inaugura, na quarta-feira, 12 de dezembro, às 11:00, o Polo de Formação do Centro da APAV, com a presença da coordenadora executiva da Formação APAV e assessora técnica da direção, Maria de Oliveira.



O Polo de Formação do Centro é o quinto no país e estará situado em Coimbra, nas antigas instalações do Gabinete de Apoio à Vítima da APAV na cidade: Rua do Teodoro nº 1, 3030-213 Coimbra.

A nova infraestrutura da Formação APAV no país vai providenciar uma resposta adequada às necessidades formativas e de atualização dos técnicos e das técnicas que, em toda a zona Centro, trabalham direta ou indiretamente com vítimas de crime, seus familiares e amigos/as.

Este é o quinto polo de formação da APAV no país, que conta já com os polos de Formação do Norte, Lisboa, Algarve e Açores.

A Formação APAV encerra assim as comemorações de 15 anos de existência, assinalados em 2018.

A APAV, enquanto entidade certificada pela DGERT, ministra regularmente cursos de formação a profissionais de diferentes áreas de formação e de vários organismos públicos e/ou privados (formação à medida ou aberta ao público), bem como ações de sensibilização, Webinares APAV (palestras online), seminários, programas de prevenção do crime e da violência, consultoria e supervisão entre outros eventos em todo o país.

De 2002 a 2018, a Formação APAV registou, em todo o país, 7.438 eventos formativos, com mais de 18.000 horas e contou com a participação de mais de 243.000 pessoas.



INÍCIO / LUSA

Empresas e autarquias cada vez mais sensíveis a formação sobre assédio

As empresas e as autarquias estão cada vez mais sensíveis a ações de formação sobre assédio laboral e sexual em contexto de trabalho, afirmou hoje a coordenadora da formação da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Lusa

12 Dezembro 2018 — 12:51



TÓPICOS

◦ Economia



"Neste momento, a preocupação [com as questões de assédio] é mais transversal. Temos autarquias, assim como empresas, a pedir ações de formação" nesta área, disse a coordenadora da formação da APAV, Maria de Oliveira, que falava aos jornalistas após a inauguração do novo centro de formação da associação, em Coimbra.

Segundo a responsável, "as empresas estão cada vez mais sensíveis" para esta temática e pedem à APAV para se deslocar às suas instalações para falarem do tema, por forma a prevenir situações de assédio.

Questionada se este aumento de interesse está também relacionado com o movimento #MeToo (que trouxe para a praça pública denúncias de assédio e violência sexual contra mulheres), Maria de Oliveira afirmou que a consciencialização para esta problemática não está apenas associada a esse movimento, notando também uma maior preocupação dos sindicatos para as questões do assédio.

Como desafios na área da formação, a coordenadora da formação da APAV elegeu a necessidade de se trabalhar as formas de violência geradas no meio digital, considerando que há uma preocupação em alertar "para a segurança nas redes sociais".

O assédio e o 'bullying' na internet são alguns dos temas mais solicitados pelas escolas para ações de sensibilização, assim como a violência doméstica e a violência no namoro, notou.

Com a inauguração do centro de formação em Coimbra que vai servir toda a região Centro, a APAV passa a contar com cinco centros em todo o território nacional.



COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS

APAV e Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa lançam manual de formação



APAV e Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa lançam manual de formação

"Para uma resposta policial centrada na vítima"

O Centro de Investigação em Direito Penal e Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a APAV Associação Portuguesa de Apoio a Vítima, enquanto entidades parceiras do Projeto "Protasis: Police training skills", promovido pela European Public Law Organisation, procedem ao lançamento em Portugal do Manual de Formação "Para uma resposta policial centrada na vítima".

O Centro de Investigação em Direito Penal e Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a APAV Associação Portuguesa de Apoio a Vítima, enquanto entidades parceiras do Projeto "Protasis: Police training skills", promovido pela European Public Law Organisation, procedem ao lançamento em Portugal do Manual de Formação "Para uma resposta policial centrada na vítima".

Pretende-se com este manual contribuir para a adoção, ao nível da formação de polícias, de uma abordagem centrada na vítima e, ao mesmo tempo, promover os direitos consagrados na Diretiva das Vítimas. O projeto e, muito particularmente, o manual que agora se publica, visam a construção de um ambiente "victim-friendly" de atendimento às vítimas de crimes em todos os contactos com a polícia. Pretende garantir-se que as vítimas são tratadas com respeito e sensibilidade, através do reforço das competências de comunicação da polícia e do conhecimento específico acerca das melhores práticas no contacto com vítimas de crimes, numa ótica de atuação personalizada e que tenha em conta o impacto do crime. Este modelo de formação acentua também a importância de uma intervenção especialmente sensível nos casos de vítimas particularmente vulneráveis.



Portugal Sociedade

APAV registou 3.387 processos de apoio a pais que são vítimas de Violência Doméstica

📅 23 Novembro, 2018 👤 Sara Silvano 📄 "Estatísticas APAV: Crimes de Violência Doméstica | Violência Filioparental 2013-2017", APAV, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apresenta o relatório "Estatísticas APAV: Crimes de Violência Doméstica | Violência Filioparental 2013-2017". Neste período, a APAV abriu 3.387 processos de apoio relativos a violência filiofamiliar, nos quais se contabilizaram 7.076 factos criminosos.

A violência filiofamiliar caracteriza-se por atos violentos e intencionais de filhos em relação aos pais – envolvendo ameaça, intimidação e domínio para a obtenção de controlo e poder. Dos factos criminosos contabilizados, 6.627 (94%) correspondem a crimes de violência doméstica em sentido estrito (atos criminais enquadráveis no art. 152º, como maus tratos físicos, maus tratos psíquicos, ameaça, coação, injúrias, difamação e crimes sexuais).



A vergonha e a manutenção do mito da harmonia familiar favorecem o secretismo em torno do problema, o que tem contribuído para uma intervenção menos desenvolvida neste campo do que noutros tipos de violência intrafamiliar (como o abuso/negligência dos filhos ou a violência entre parceiros íntimos).

A violência filiofamiliar não é um problema individual ou uma questão restrita ao contexto familiar; é um problema social, de justiça e de saúde pública. A APAV tem vindo a alertar a sociedade portuguesa para esta realidade, ainda obscura, da violência doméstica praticada pelos filhos contra os pais.

Nos dados agora apresentados, 81,69% das vítimas são do sexo feminino. Cerca de 48% dos pais vítimas de violência doméstica tinham 65 ou mais anos de idade. Na maioria dos casos, o autor do crime é do sexo masculino (68,65%) e com idades compreendidas entre os 36 e os 45 anos (17,7%).

NAS NOTÍCIAS

ILGA distingue RTP, APAV e políticos pela luta contra a discriminação

Por [Lusa](#) 

26 Dezembro 2018 - 18:36

A ILGA Portugal entrega em janeiro os prémios Arco-Íris à RTP, à APAV, à jornalista Carolina Reis, ao vice-presidente do CDS-PP Adolfo Mesquita Nunes e à deputada do PSD Teresa Leal Coelho, entre outros distinguidos.

Os prémios são atribuídos anualmente a pessoas e instituições que se destaquem na luta contra a discriminação em função da orientação sexual, realizando-se agora a 16.ª edição da iniciativa.

Segundo um comunicado da ILGA – Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo, a 12 de janeiro vão receber também a distinção da ILGA o atleta olímpico Célio Dias, o casal Gabriela Sobral e Inês Herédia, e a deputada Sandra Cunha, do BE.

Na categoria partidos, a ILGA contempla o PS, o BE, o PCP, o PEV e o PAN, além da deputada Teresa Leal Coelho, do PSD.

Os troféus a atribuir foram criados pelo artista plástico Vasco Araújo.

Os promotores consideram que a RTP tem “dado provas de que é possível resistir e dar espaço e visibilidade à diversidade”, contribuindo para “quebrar silêncios e desconstruir preconceitos”, num país “ainda com muitas lacunas cívicas” no que toca à “defesa e sensibilização dos Humanos dos Direitos Humanos, incluindo das pessoas LGBTI”.

A ILGA decidiu distinguir a Associação de Apoio à Vítima (APAV) por ter lançado um movimento (#respectbattles), ao qual aderiram várias figuras do hip-hop português, entidades públicas e organizações não governamentais nacionais e internacionais que, em conjunto, “alertam através da música de intervenção para a urgência do combate aos discursos e crimes de ódio nas suas mais variadas vertentes”.

Está igualmente contemplado o documentário “Até que o Porno nos Separe”, de Jorge Pelicano. Este prémio é atribuído pela AMPLOS – Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género.

A ILGA considera ainda que a jornalista Carolina Reis tem abordado de forma responsável “os muitos desafios que ainda se colocam à igualdade de género e, em particular aos direitos das mulheres e das pessoas LGBTI, elevando o nível da informação em torno destas questões no debate público, nomeadamente as recentes mudanças legislativas com impacto nos direitos fundamentais das pessoas LGBTI, tal como a lei que garante o direito à autodeterminação da identidade, expressão de género e características sexuais, ou em questões que dizem respeito a direitos no acesso à procriação medicamente assistida e à gestação de substituição.

ILGA distingue RTP, APAV e políticos pela luta contra a discriminação

A ILGA Portugal entrega em janeiro os prémios Arco-Íris à RTP, à APAV, à jornalista Carolina Reis, ao vice-presidente do CDS-PP Adolfo Mesquita Nunes e à deputada do PSD Teresa Leal Coelho, entre outros distinguidos.

Os prémios são atribuídos anualmente a pessoas e instituições que se destaquem na luta contra a discriminação em função da orientação sexual, realizando-se agora a 16.ª edição da iniciativa.

Segundo um comunicado da ILGA - Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo, a 12 de janeiro vão receber também a distinção da ILGA o atleta olímpico Célio Dias, o casal Gabriela Sobral e Inês Herédia, e a deputada Sandra Cunha, do BE.

Na categoria partidos, a ILGA contempla o PS, o BE, o PCP, o PEV e o PAN, além da deputada Teresa Leal Coelho, do PSD.

Os troféus a atribuir foram criados pelo artista plástico Vasco Araújo.

Os promotores consideram que a RTP tem "dado provas de que é possível resistir e dar espaço e visibilidade à diversidade", contribuindo para "quebrar silêncios e desconstruir preconceitos", num país "ainda com muitas lacunas cívicas" no que toca à "defesa e sensibilização dos Humanos dos Direitos Humanos, incluindo das pessoas LGBTI".

A ILGA decidiu distinguir a Associação de Apoio à Vítima (APAV) por ter lançado um movimento (#respectbattles), ao qual aderiram várias figuras do hip-hop português, entidades públicas e organizações não governamentais nacionais e internacionais que, em conjunto, "alertam através da música de intervenção para a urgência do combate aos discursos e crimes de ódio nas suas mais variadas vertentes".

Jornalista do Expresso vence Prémio Ilga

27.12.2018 às 15h30



À jornalista Carolina Reis junta-se o deputado Adolfo Mesquita Nunes, a APAV e a RTP, entre outros. Os prémios Arco Íris são atribuídos anualmente a pessoas e instituições que se destaquem na luta contra a discriminação em função da orientação sexual

A jornalista do Expresso Carolina Reis ganhou o Prémio Arco-Íris, atribuído anualmente pela ILGA. A APAV, a ARTP, o documentário "Até que o Porno nos Separe", de Jorge Pelicano, PS, BE, PCP, PEV, PAN e a deputada Teresa Leal Coelho, que votaram a favor da nova lei da mudança de género, e Célio Dias, Sandra Cunha, Adolfo Mesquita Nunes, Gabriela Sobral e Inês Herédia, pelo seu 'coming out', são os restantes vencedores.

Os prémios, que vão na 16ª edição, são atribuídos a pessoas e instituições que se destaquem na luta contra a discriminação em função da orientação sexual.

A ILGA considera que a jornalista Carolina Reis tem abordado de forma responsável "os muitos desafios que ainda se colocam à igualdade de género e em particular aos direitos das mulheres e das pessoas LGBTI, elevando o nível da informação em torno destas questões no debate público, nomeadamente as recentes mudanças legislativas com impacto nos direitos fundamentais das pessoas LGBTI, tal como a lei que garante o direito à autodeterminação da identidade, expressão de género e características sexuais, ou em questões que dizem respeito a direitos no acesso à procriação medicamente assistida e à gestação de substituição". E destaca que "quando a realidade da discriminação e do estigma que atinge as pessoas LGBTI é ainda invisível para uma grande parte da sociedade, o jornalismo tem de assumir ainda mais o papel de guardião dos factos".

ILGA distingue RTP, APAV e políticos pela luta contra a discriminação



A ILGA Portugal entrega em janeiro os prémios Arco-Íris à RTP, à APAV, à jornalista Carolina Reis, ao vice-presidente do CDS-PP Adolfo Mesquita Nunes e à deputada do PSD Teresa Leal Coelho, entre outros distinguidos.

[f Share](#) [vk Share](#) [t Tweet](#) [g](#) [o](#)

Os prémios são atribuídos anualmente a pessoas e instituições que se destaquem na luta contra a discriminação em função da orientação sexual, realizando-se agora a 16.ª edição da iniciativa.

Segundo um comunicado da ILGA — Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo, a 12 de janeiro vão receber também a distinção da ILGA o atleta olímpico Célio Dias, o casal Gabriela Sobral e Inês Herédia, e a deputada Sandra Cunha, do BE.

Na categoria partidos, a ILGA contempla o PS, o BE, o PCP, o PEV e o PAN, além da deputada Teresa Leal Coelho, do PSD. Os troféus a atribuir foram criados pelo artista plástico Vasco Araújo.

Os promotores consideram que a RTP tem “dado provas de que é possível resistir e dar espaço e visibilidade à diversidade”, contribuindo para “quebrar silêncios e desconstruir preconceitos”, num país “ainda com muitas lacunas cívicas” no que toca à “defesa e sensibilização dos Humanos dos Direitos Humanos, incluindo das pessoas LGBTI”.

A ILGA decidiu distinguir a Associação de Apoio à Vítima (APAV) por ter lançado um movimento (#respectbattles), ao qual aderiram várias figuras do hip-hop português, entidades públicas e organizações não governamentais nacionais e internacionais que, em conjunto, “alertam através da música de intervenção para a urgência do combate aos discursos e crimes de ódio nas suas mais variadas vertentes”.

Está igualmente contemplado o documentário “Até que o Porno nos Separe”, de Jorge Pelicano. Este prémio é atribuído pela AMPLOS — Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género.

A ILGA considera ainda que a jornalista Carolina Reis tem abordado de forma responsável “os muitos desafios que ainda se colocam à igualdade de género e, em particular aos direitos das mulheres e das pessoas LGBTI, elevando o nível da informação em torno destas questões no debate público, nomeadamente as recentes mudanças legislativas com impacto nos direitos fundamentais das pessoas LGBTI, tal como a lei que garante o direito à autodeterminação da identidade, expressão de género e características sexuais, ou em questões que dizem respeito a direitos no acesso à procriação medicamente assistida e à gestação de substituição.

Está ainda a tempo de aproveitar a promoção de final de ano. Não perca tempo – agora que 2018 está a terminar, seja também um Observador Premium.

Dezembro 28, 2018

Prémio APAV para a Investigação 2018

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) promoveu a cerimónia de atribuição do Prémio APAV para a Investigação 2018, com o apoio da Fundação Montepio.



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) promoveu a cerimónia de atribuição do Prémio APAV para a Investigação 2018, que conta com o apoio da Fundação Montepio, a 21 de dezembro, em Lisboa.

A vencedora da quarta edição do Prémio APAV para a Investigação, Filipa Luísa Ribeiro da Cruz Pereira, apresentou o trabalho "Papel da vítima no processo penal português: Reflexões críticas em torno do estatuto de vítima especialmente vulnerável e da sua proteção jurídico-penal".

A investigação, vertida numa tese de mestrado realizada na Escola de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa), pretendeu "entender o papel da vítima de crime no processo penal português, atendendo às recentes alterações legislativas". O trabalho focou-se na análise do estatuto de vítima especialmente vulnerável e de "crimes em que mulheres e crianças ocupam o lugar cimeiro como vítimas".

Foi ainda atribuída uma Menção Honrosa a Ana Luísa Bessa Santos, pelo trabalho "Vitimação por *cyberstalking* em jovens adultos universitários" (Universidade do Porto).

João Lázaro, Presidente da APAV, entregou o prémio e saudou a "visão geográfica distribuída" dos trabalhos a concurso, bem como a Secretária-Geral da APAV, Carmen Rasquete, que sublinhou a importância, para a APAV, da relação entre a investigação académica e o acompanhamento de vítimas de crime.

Paula Guimarães, da Fundação Montepio, sublinhou a importância da APAV, como "instituição incontornável", e a contribuição destes trabalhos para a missão da Associação, pedindo às autoras que não abandonem estas linhas de investigação.